

TERRITÓRIOS, RURALIDADE
E DESENVOLVIMENTO

01
MAIO 2004

Valéria Villa Verde

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL

Eleonora Bonato Fruet - *Secretária*

Fábio Dória Scatolin - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

Liana Carleial - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora de Pesquisa*

Sachiko Araki Lira - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

NÚCLEO DE CRIAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

Juilson Previdi - *Coordenador*

Maria Laura Zocolotti - *Editoração*

Ana Rita Barzick Nogueira - *Editoração Eletrônica*

Cristiane Bachmann - *Revisão*

Régia Toshie Okura Filizola - *Capa*

Stella Maris Gazziero - *Mapas*

Lucrecia Zaninelli Rocha - *Geoprocessamento*

Luiza de Fátima P. Mendes Lourenço - *Normalização Bibliográfica*

PRIMEIRA Versão
IPARDES

Esta publicação tem por objetivo a divulgação de estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Seu conteúdo é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando, necessariamente, o posicionamento do IPARDES.

TERRITÓRIOS, RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO¹

Valéria Villa Verde²

O sonho é centelha que salta do desejo e é através dela que vou acender as fogueiras através das quais o rosto do mundo se ilumina. O sonho, levado aos ombros da realidade, que o simboliza, é o projeto profundo do homem e a teleologia da história. O sonho, vivido, enraizado no real, que o suporta, vai ser a matriz da utopia, o eixo de grandes transformações que fazem a grandeza do processo civilizatório (PELLEGRINO, 1987).

APRESENTAÇÃO

O presente texto traz uma reflexão sobre territórios, o rural no território e o papel dessas categorias no desenvolvimento.

O texto será apresentado em quatro seções. Na primeira seção procuro destacar alguns pontos do debate sobre território e de como essa dimensão analítica tem a ver também com o mundo rural. O espaço rural é discutido na segunda seção, e a terceira contempla uma análise que relaciona território, ruralidade e desenvolvimento. A quarta seção contém uma proposta para o reconhecimento de

¹Esse texto não seria possível na ausência do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural – espaço privilegiado de reflexão e convivência. Impossível também, se não houvesse Diócles, Neda, Marisa e eu, nos debruçado sobre o tema do papel do rural na sociedade brasileira contemporânea, em leituras e discussões apaixonadas. Agradeço especialmente à Lenita e Lucrécia, colegas de trabalho, que me apoiaram na organização dos dados e no geoprocessamento.

Finalmente, quero deixar registrado que este texto foi submetido a uma discussão técnica em junho de 2004, tendo por debatedoras Ângela Damasceno (UFPR), Rosa Moura e Liana Carleial (Ipardes). A elas agradeço por terem assumido prontamente mais esse compromisso e por todas as contribuições sugeridas. A essas pessoas registro ainda o meu mais sincero apreço intelectual e afetivo. Obviamente estão isentas de responsabilidade pelo texto final.

²Socióloga, mestre em História Social. Técnica do Ipardes.

espaços rurais no Estado do Paraná. Para finalizar, defende-se a pertinência do conceito de território enquanto recorte analítico e operacional para o planejamento de ações, públicas e/ou privadas, direcionadas ao desenvolvimento.

O texto sustenta que o recorte analítico espacial, conferido pelo território, é, para além do modismo e da orientação das agências internacionais de financiamento de programas e projetos, passível de ser um instrumento da promoção do desenvolvimento, dando-lhe operacionalidade e efetividade. Mais ainda, ancora-se na percepção de que o espaço rural é parte desse contexto e deve ser inserido no planejamento do desenvolvimento territorial não como mero coadjuvante, mas como parte integrante – em muitos casos, predominante.

Faz-se a defesa do desenvolvimento, no seu sentido preciso, ou seja, é mais do que crescimento econômico e pressupõe cidadania, o que implica trazer para a análise o território – o espaço onde o diverso e o conflitante são a própria condição do desenvolvimento conquistado.

A partir de uma reflexão sobre territórios, este texto tem também o objetivo de lançar um olhar sobre o Estado do Paraná, tentando avançar na direção de uma definição de rural além do agrário. Os pressupostos teóricos devem validar critérios mínimos que identifiquem o espaço rural, buscando-se, mais do que constatar, interpretar o espaço rural enquanto elemento intrínseco ao desenvolvimento.

NOTAS SOBRE UM DEBATE

O Brasil assistiu, a partir dos anos de 1990, ao que se poderia chamar de uma "redescoberta" do rural enquanto categoria de análise passível de intervenções e interpretações. O debate sobre o tema reacendeu velhas discussões e trouxe novos parâmetros para se pensar as antigas e as novas questões do rural.

Dentre as análises, pode-se dizer que a dimensão territorial do rural tomou proporções significativas. Para entender em que conjuntura isso ocorreu, volte-se ao rural.

Mas por que "redescoberta" do rural? No Brasil, o rural emerge não de um fato isolado, mas sim de uma conjuntura economicamente recessiva e do acirramento das lutas sociais³. Internacionalmente, a reordenação jurídica, econômica e social posta em curso para a criação da União Européia constituiu um fórum privilegiado de análises e de propostas de desenvolvimento. De um modo geral, pode-se dizer que o rural ganha visibilidade no contexto de crise do modelo produtivista.

A reflexão sobre o desenvolvimento, de uma maneira ou de outra, foi permeada pela questão da escala – global, nacional, regional, local. Esse olhar sobre o desenvolvimento acabou por mostrar a existência de uma economia de base agrícola dinâmica concomitante à percepção de uma diversificação nas funções do espaço rural⁴.

No que tange ao mundo rural, outros fatores vão se somar contribuindo para que as pequenas localidades, identificadas com o modo de vida rural, venham a ser valorizadas, como, por exemplo, artigo de consumo: a paisagem como alento.

A variável ambiental ganha importância crescente. A busca de alternativas menos agressivas, em termos ambientais, de crescimento econômico e a construção do conceito de desenvolvimento sustentável⁵ acabaram por lançar um olhar para

³Nos anos de 1990, com o fim da ditadura militar, a sociedade se mobiliza a partir da lenta e gradual redemocratização brasileira iniciada nos anos de 1980. No campo, a luta pela terra se acirra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é criado em 1984 (Cascavel-PR) e a resposta à esse movimento vem com a União Democrática Ruralista – UDR, no ano seguinte. É de 1985 o Plano Nacional de Reforma Agrária. Porém, é na década seguinte que o MST irá enfrentar mais abertamente a ordem estabelecida através de ocupações rurais, pagando pela "ousadia": em 1995 há o massacre de Corumbiara (RO), com um saldo de 9 mortos, e em 1996 registra-se o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), com 19 mortos.

⁴Refiro-me a espaço rural porque não se trata mais da exclusividade da atividade agropecuária.

⁵O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades." (COMISSÃO, 1988, p.46).

experiências que pudessem ser modelos alternativos de produção, consumo e qualidade de vida.

Paralelamente, a economia agrícola, particularmente a norte-americana, detentora de uma tecnologia cada vez mais sofisticada, intensifica a produção e introduz importantes modificações na organização do trabalho. Do ponto de vista teórico, o que acontece na economia agrícola norte-americana apresenta rebatimentos que se fazem presentes, particularmente quanto aos conceitos de *part-time* e pluriatividade (SCHNEIDER, 2003). São conceitos que, apesar de terem sido elaborados em outro momento, tornam-se centrais na definição de território, baseada na interpretação das atividades rurais e seus desdobramentos.

A observação e análise do rural migram do enfoque puramente setorial para o territorial. E não é por acaso que essas categorias de análise estarão, recorrentemente, sendo objeto de considerações teóricas. O território assume um papel crescente como recurso analítico e como unidade de planejamento e intervenção, substituindo, gradativamente, a região.⁶

O movimento que o capital engendra, respaldado por uma tecnologia de informação e comunicação nunca vista antes, coloca de maneira avassaladora o global. Para o capital não há fronteiras físicas, e as fronteiras políticas, depois da queda do muro de Berlim, nunca mais foram às mesmas. Porém, em um aparente paradoxo, é nesse contexto que o espaço local⁷ ganha destaque.

⁶Em geral, na definição da região o grau de arbitrariedade é maior do que na de território. De qualquer forma, algum nível de arbitrariedade será exigido quando é definido um objetivo. Na prática, a diferença qualitativa se dará quando o espaço for reconhecido na sua totalidade (SANTOS, 1999b).

⁷Neste texto, as reflexões sobre desenvolvimento feitas a partir da dimensão local foram tomadas como válidas para a discussão da dimensão territorial. Trabalha-se também com a hipótese de um território abrigar mais de um local. Isso acontece quando se quer dar destaque a uma atividade ou a um grupo social em particular. É perceptível nos textos que tratam de desenvolvimento local que esse recorte analítico é elástico: ora refere-se a um conjunto de municípios, ora é utilizado como sinônimo de município.

Ante esse movimento complexo, o local – recorte espacial de média e pequena dimensão – que apresenta um padrão de desenvolvimento coloca-se em evidência. Não se deve esquecer que o local ganha destaque no contexto de ineficácia das políticas macroeconômicas e de desregulamentação em que certos espaços, dentro dos países, tiveram uma inserção e um crescimento distintos de outros.

A escala territorial passa para o primeiro plano, em que o espaço local, encontra fervorosos defensores e detratores, porque, como bem colocou Vainer (2002), "Do ponto de vista do pensamento social e político, desde o grande debate que antecedeu e acompanhou a I Guerra Mundial, a questão da escala de ação nunca se havia colocado com tanta centralidade".

Em meio às transformações em curso um fato torna-se evidente: a profecia do inevitável fim do mundo rural não se cumpriu. O que se viu foi que o rural ganhou outras conotações, outros papéis (MARTINS, 2000; JOLLIVET, 1998).

O enfoque territorial permite pensar o desenvolvimento para além dos centros urbanos, onde os pequenos municípios são estrelas de uma constelação. Procurar entender as motivações e os processos que levaram a essa perspectiva analítica é poder refletir sobre o futuro, seja ele nas aglomerações urbanas, seja no espaço rural.

A dimensão territorial, tomada como referência para alternativas socioeconômicas, tem sido considerada em várias instâncias políticas e institucionais. Mas será que está claro que "Escolher uma escala é também, quase sempre, escolher um determinado sujeito, tanto quanto um determinado modo e campo de confrontação" (VAINER, 2002).

O território, seja ele qual for, não é uma entidade que paira independente sobre a sociedade, mas um espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente.

Nesse sentido, deve-se levar em conta que não existe neutralidade no emprego da categoria território. Este, visto como o espaço da concertação e da harmonia, passou a ser a alternativa neoliberal na utilização de categorias analíticas

que se contrapõem às categorias marxistas, especialmente aquelas relativas ao conflito capital/trabalho⁸. Mais ainda, não são poucos os autores que fazem a apologia da categoria território, como a instância capaz de se superpor aos Estados Nacionais⁹ – entendendo isso como "virtude".

Essa idéia de território usado (...) pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro de vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos (SANTOS, 1999b).

A idéia de território contida nessa passagem permeia todo o texto apresentado. O ponto motivador desse texto é justamente compreender o papel do rural no território e na sociedade contemporânea, particularmente a paranaense.

Essas notas sobre alguns dos elementos presentes na discussão do território, mesmo sendo parciais, abrem a possibilidade de avançar teórica e metodologicamente na compreensão do rural, este inserido em uma economia globalizada¹⁰.

Nesse sentido, buscou-se dimensionar o rural tendo em vista sua participação no(s) território(s) e no desenvolvimento.

⁸As análises de Brandão (2003) e Oliveira (2001) mostram os limites e as contradições contidas no debate do desenvolvimento local.

⁹Brandão chama a atenção para o fato de que "A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais), como o Brasil, esta situação se revela ainda mais dramática, ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador" (BRANDÃO, 2003).

¹⁰Uma economia a procura de territórios racionais, conforme a análise de Santos (1999b). "A racionalidade, nesse fim de século, chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão. Haveria uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global".

O RURAL MAIS DO QUE AGRÁRIO

O rural agrário é reconhecido porque lá se encontra, cristalizada, uma produção específica, setorialmente identificada. Não é esse rural palpável que nos convoca a uma reflexão, mas sim o rural que ultrapassa a fronteira agrária tradicional.

Esse "outro rural" apóia-se na noção de territorialidade. O território dará a sustentação para a discussão do desenvolvimento rural. Mas a impropriedade de se aplicar, mecanicamente, conceitos e critérios formulados muitas vezes fora do contexto nacional apontam para a necessidade de conhecer o alcance de certas definições que auxiliam na identificação dos espaços rurais.

Entende-se que o rural além do agrário, ou seja, da economia agrícola, envolve quatro dimensões essenciais para sua compreensão: uma espacial; uma ambiental; uma demográfica; e uma cultural¹¹. Cada uma dessas dimensões comporta análises que ultrapassariam os limites desse artigo. Propõe-se, então, destacar aqueles aspectos que nortearão a seleção das variáveis e da análise dos espaços rurais.

Cabe, primeiramente, destacar a reciprocidade entre as dimensões espacial, ambiental, demográfica e cultural. Essa condição exige serem elas apreendidas na sua inter-relação, uma vez que atuam combinadas. Em seguida, deixa-se claro que o espaço é compreendido no tempo porque este lhe dá sentido. "Por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por espaço, vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos" (SANTOS, 1993).

¹¹Neste texto, a dimensão econômica, essencial na compreensão dos espaços rurais, não foi destacada na análise porque a natureza da discussão que se pretende fazer levou a que se priorizassem as demais dimensões. No entanto, a variável econômica ocupação será utilizada quando for discutido o espaço rural no Paraná.

Para o que está sendo proposto – reconhecer os espaços rurais no tempo globalizado – interessa-nos destacar alguns conceitos elaborados, particularmente, pela sociologia e por teóricos do desenvolvimento.

Nesse sentido, um ponto de partida é a discussão, no Brasil, acerca das abordagens adotadas no estudo da relação rural-urbano. A noção de espaço rural refere-se a uma dinâmica socioeconômica específica que acontece em determinado local e que, evidentemente, contrapõe-se ao urbano.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a definição de rural deriva de perímetro urbano. Assim, o que estiver fora da sede urbana é rural. Por sua vez, o perímetro urbano é definido pelo município, por meio de sua Câmara, atendendo, portanto, a critérios políticos e econômicos do local.

Entende-se que a principal conseqüência desse alargamento das áreas urbanas dos municípios está em encobrir uma realidade rural. Isso porque os espaços urbanos das pequenas e médias cidades podem ser entendidos como rurais na medida em que admitimos que "ela [a cidade] fornece a presidência das atividades técnicas do mundo rural e, inclusive, uma parcela da atividade intelectual das cidades médias que depende diretamente de uma demanda rural (...)" (SANTOS, 1999b).

Entre aqueles que discutem os conceitos de rural e urbano no Brasil e suas implicações estão os que, seguindo a tendência mundial, assumem a tese do *continuum* rural-urbano. Como representante dessa vertente é possível destacar, no Brasil, o grupo do Projeto Rurbano¹². Esse grupo vem estudando as novas configurações e implicações econômicas do rural na sociedade contemporânea.

Na medida em que crescentemente vem ocorrendo uma industrialização da produção agropecuária, sobretudo com a intensificação da globalização, os limites

¹²O Projeto Rurbano é coordenado por Clayton Campanhola e José Graziano da Silva.

entre rural e urbano tornam-se tênues¹³. Uma reintegração do campo e da cidade estaria acontecendo pela transição dos complexos rurais para os complexos agro-industriais (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Essa vertente assume que a dicotomia entre rural e urbano não é mais possível quando da elaboração de um conceito. O rural e o urbano devem ser entendidos como um *continuum*, uma vez que: o rural se urbanizou devido ao desenvolvimento e à aplicação de técnicas industriais na agricultura; existiu um "transbordamento do urbano para o rural" em termos culturais; existe um processo de valorização do apelo ambiental do rural pelos habitantes dos centros metropolitanos demandando e criando ocupações consideradas urbanas no rural; existência de um mercado de trabalho que possibilita à família rural obter outras fontes de renda além da agricultura; aponta, ainda, a existência de um aumento real da renda rural, conseqüência da participação das rendas oriundas da atividade não-agrícola.

A principal crítica feita a essa vertente de estudo do rural brasileiro ateuve-se ao fato de que procura generalizar conceitos que não se aplicam à realidade brasileira como um todo.¹⁴

¹³A dinâmica do complexo rural era muito simples, determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo". Quando a cotação no mercado internacional do produto que servia como carro-chefe compensava, todos os recursos eram canalizados para a sua produção. A unidade produtiva também produzia tudo o que era necessário para sua manutenção. Quase não existia mercado interno, porque quase tudo era produzido dentro do complexo rural. A primeira grande crise se deu com a suspensão do tráfico negreiro em 1850.

No pós-guerra inicia-se o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira que "envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário" marcam o nascimento e instalação dos complexos agroindustriais no Brasil" (KAGEYAMA, 1987, p.4).

¹⁴O Projeto Rurbano apresenta uma adequação de suas teses iniciais que podem ser consultadas no texto de SILVA, 2000.

Nos últimos anos, muitas objeções foram levantadas contra a concepção dicotômica rural/urbano. Observa-se que entre o meio rural e o meio urbano existe uma multiplicidade de situações: desde a habitação rural isolada até a grande cidade, existem inúmeros escalões intermediários, que vão criando uma transição.

A idéia de *continuum* é melhor percebida em espaços economicamente dinâmicos e cujo epicentro geralmente constitui-se de áreas com densidade demográfica relevante. É preciso trabalhar com o conceito de *continuum* de maneira cuidadosa, uma vez que, ainda hoje, existem espaços rurais não modernizados ou parcialmente modernizados e com pouco contato com áreas urbanas.

Defendendo a especificidade do rural, Wanderley (2001) entende o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nessa perspectiva, considera que as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural, mas, ao contrário, revalorizam as representações sociais do rural e do urbano. Estas "...reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade".

A idéia de gradações está presente também em Veiga (2003),

Urbano e rural são idéias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados; já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos há uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano.

A dimensão ambiental do rural é dada por sua relação com a atividade agropecuária, com as áreas de preservação e com a paisagem.

Para Jollivet (1989), o tema meio ambiente, como "discurso social", surgiu recentemente. Nele pode-se incluir a referência às paisagens e, de forma mais geral, o problema das relações com a natureza, que constitui o próprio fundamento da questão do meio ambiente.

O meio ambiente, independentemente de uma política voltada para o rural ou o urbano, é uma variável que estabelece a maior ou menor qualidade de vida, determinando, em última instância, a própria sobrevivência das futuras gerações.

Do ponto de vista conservacionista, no espaço rural, o meio ambiente relaciona-se diretamente com a produção, e esta exige uma exploração criteriosa. De maneira complementar, o meio ambiente passa a ser apreendido também como paisagem, proporcionando alternativas para as áreas com baixa aptidão produtiva, mas, com potencial para o comércio e/ou serviços exigidos pelo turismo rural e de aventura, por exemplo. Essa percepção de consumo da natureza remete ao aspecto patrimonial implícito no meio ambiente, o que implica uma legislação e política pública que dê conta dessa particularidade.

A dimensão ambiental participa na definição dos espaços rurais por meio das especificidades da produção agropecuária (e isso não constitui novidade) e, também, por meio das novas funções que o espaço rural oferece a partir, justamente, do ambiente, como as reservas ecológicas e as ocupações não agrícolas (isso constitui novidade).

A variável população é fundamental na discussão do rural, na medida em que os "vazios" são um fenômeno palpável para qualquer comparação entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Assim, entre as análises do rural, as variáveis populacionais, como número total de habitantes e densidade demográfica, estão presentes. Isso se explica pela natureza da atividade produtiva no meio rural.

O tamanho da população de um município é um indicador utilizado para separar o urbano do rural. Pode-se dizer que há um certo entendimento entre pesquisadores em considerar rurais os municípios com menos de 20 mil habitantes. Mas adotar apenas esse critério não é suficiente, pois levaria ao erro de se considerarem rurais municípios com até 20 mil habitantes, mas densamente povoados, como é o caso de muitos municípios em áreas metropolitanas. Essa situação coloca a densidade demográfica como variável importante na definição dos espaços rurais.

Os parâmetros de densidade demográfica utilizados nos diversos países e organizações internacionais são os mais variados (ABRAMOVAY, 2000). Compreende-se a heterogeneidade do critério dada a multiplicidade de situações existentes. O desafio é chegar a critérios que possam, de fato, revelar o quanto a variável população ajuda a entender e definir o espaço rural.

No caso do Brasil, o fato de a definição oficial de área urbana e área rural não considerar o critério de densidade demográfica tem levado a distorções significativas. Veiga (2002) tem chamado a atenção para a impropriedade da definição de urbano e rural utilizada nos Censos Demográficos (IBGE), destacando que 70% dos municípios brasileiros apresentam densidades demográficas inferiores a 40 habitantes por km², enquanto o parâmetro da OCDE considera uma localidade como urbana a partir de 150 habitantes por km². Por esse critério, apenas 411 municípios dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.

A dimensão demográfica deve ser considerada no reconhecimento dos espaços rurais, pois ela reflete uma realidade particular cuja determinação se encontra na natureza das atividades, na cultura e, fundamentalmente, na relação diferenciada com a natureza. Segundo Eli da Veiga (2002),

Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a "pressão antrópica" como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

A partir de uma análise do Censo Demográfico 2000, o autor propõe que se considere município de pequeno porte, ou seja, rural, aquele que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km². Essa proposta tem o mérito de permitir uma observação do espaço rural de maneira mais abrangente. No entanto, este trabalho adotou como critério municípios com menos de 20 mil habitantes por entender ser essa medida mais aderente à realidade rural paranaense.

Além do aspecto quantitativo presente na variável demográfica, uma variável qualitativa, a cultura, substantiva a população. O aspecto cultural das

sociedades ou a dimensão simbólica da vida cotidiana é extremamente diversificada, a despeito dos meios de comunicação de massa e da globalização. Cabe então refletir sobre o conceito de cultura¹⁵ como noção presente objetivamente e subjetivamente nas manifestações socioculturais.

A cultura como elemento substantivo na definição de espaços tem sido evocada, mas não convocada. Não é uma variável incorporada efetivamente, e isso provavelmente se deve à impossibilidade de reduzi-la a um número. Sua contabilidade deve ser de outra ordem.

Para a reflexão sobre o tema da cultura, deve-se considerar que em uma sociedade diferenciada como a nossa, (...) "A cultura ainda é, essencialmente, um patrimônio coletivo, produzido pelo conjunto da sociedade, mas o acesso de grupos e classes sociais a esse patrimônio é diferencial, assim como é diferente a contribuição dos diversos segmentos para a construção dessa obra coletiva" (DURHAM, 1984).

A cultura é um conjunto de manifestações produzidas a partir de diferentes segmentos sociais, sendo, portanto, manifestações de classe (ou de segmento). A cultura é, desse modo, o coletivo diverso. Esse coletivo, a sociedade, no seu cotidiano, desenvolve "um jeito" de viver. A vida cotidiana transcorre em um determinado espaço/tempo. Esse espaço de manifestações significantes para a população torna-se um território que abriga um patrimônio cultural.

¹⁵ *Cultura (culture)*, na afirmação sintética de R. Firth, citado pela FGV (1986, p. 291): "Se se considera a sociedade um conjunto organizado de indivíduos com um determinado modo de vida, a cultura é esse modo de vida. Se se considera a sociedade um agregado de relações sociais, então cultura é o conteúdo dessas relações. A sociedade enfatiza o componente humano, o agregado de pessoas e as relações entre elas. A cultura enfatiza o componente de recursos acumulados, imateriais e materiais, que as pessoas herdaram, empregam, transmitem, a que acrescentam alguma coisa e que transmitem. Tendo substância, embora ideacional apenas em parte, esse componente age como um regulador da ação, sob o aspecto do comportamento, cultura é todo comportamento aprendido, adquirido socialmente. Inclui os efeitos residuais da ação social. É também, forçosamente, um incentivo à ação". (Elements of social organization. London: Watts, 1951. p.27).

Contudo, é preciso lembrar que a construção da sociedade brasileira é recente, e isso tem implicações não pela ausência de manifestações culturais, mas sim por sua diversidade e dispersão espacial. Essa complexidade manifesta-se na dificuldade que a sociedade tem de reconhecer-se como partícipe da cultura e até mesmo de identificar as manifestações do seu cotidiano como cultura.

Levando isso em conta, faz-se necessário identificar as "descontinuidades significativas"¹⁶ para efeito do reconhecimento de uma comunidade particular.

Embora o termo comunidade tenha sido empregado variadamente como sinônimo de sociedade, organização social ou sistema social, muitos autores concordam que a comunidade tem um *locus* territorial específico de onde emerge a cultura. Esta amalgama a população. A ciranda da vida se faz no tempo e no espaço, e a relação do homem com esse lugar específico cria o marco simbólico da existência humana.

Deu-se destaque para os aspectos considerados relevantes das dimensões espacial, ambiental, demográfica e cultural do rural, no sentido de serem tomadas como variáveis que qualificam o território, tornando possível uma interpretação.

As dimensões do rural, quando tomadas como suporte para a definição de critérios, delineiam territórios ou, ao menos, permitem uma aproximação a estes. Os territórios devem ser submetidos a diagnósticos para que se possam criar as condições objetivas para as ações públicas e privadas direcionadas ao desenvolvimento territorial. Essa idéia remete-nos à seção seguinte.

¹⁶"Uma cultura é um conjunto de padrões de comportamento e para o comportamento, prevalente em um grupo de seres humanos em um período de tempo especificado e que, do ponto de vista da pesquisa atual e da escala em que esta está sendo realizada, apresenta descontinuidades nítidas e passíveis de observação em relação a outros conjuntos semelhantes". (FGV, 1986).

TERRITÓRIO, RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Diante do exposto, pode-se dizer que as diversidades espacial, ambiental, populacional e cultural são variáveis constantes. Essa diversidade ganha forma e função no espaço-tempo (SANTOS, 1993 e 1999b), nascendo aí os territórios.

Os territórios operados como unidades de planejamento voltadas para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social reconhecem a diversidade como condição do desenvolvimento, libertando-se, talvez, da condição de refém de um modelo econômico necessariamente excludente.

É no marco da diversidade que se deve pensar o desenvolvimento. Reconhecendo que a heterogeneidade da sociedade, antes de ser um impedimento, deve ser o mote da alteridade¹⁷ brasileira.

O território está sujeito ao aparato político e jurídico, em que estão estabelecidas relações de domínio distintas. Como é sabido, a divisão política e administrativa do Estado Brasileiro está organizada nos níveis federal, estadual e municipal. Esses níveis, legitimados pela esfera pública, impõem-se como o primeiro recorte territorial¹⁸. O conceito de território superpõe-se a essa divisão, o que implica a necessidade de se conceber formas não convencionais de planejamento e gestão de programas e projetos.

Essa exigência nasce da constatação de que "a gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas" (SANTOS, 1999b).

¹⁷Alteridade, segundo o Dicionário Houaiss: 1. "Natureza ou condição do que é outro, do que é distinto; 2. Situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença".

¹⁸Passando por cima das etnias e culturas, como é o caso das nações indígenas.

O território, como unidade de planejamento e gestão, é um conceito novo. Novo não no seu recorte espacial – as regiões são, até hoje, o emprego concreto dessa concepção –, mas sim na sua proposição de contar com a singularidade cultural de determinado lugar. Abramovay (2000) afirma que

Na OCDE (...) a idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Porém, não se pode perder de vista que a racionalidade parece deter o domínio do nosso tempo¹⁹. Mas na brecha que a própria racionalidade cria, uma vez que o lugar onde é realizada a reprodução material e simbólica do homem é diverso, coloca-se o desafio de reconhecer as especificidades do lugar para que se possa promover ações que levem ao desenvolvimento.

As particularidades de um determinado território podem transformar-se em motes do desenvolvimento porque,

Qualquer caminho perspectivo para o Brasil de discussão do desenvolvimento socioeconômico e do avanço político terá de ser o de resgatar a potência virtuosa de nossa diversidade. Nós sempre trabalhamos as heterogeneidades estruturais do país como problemas. É uma idéia equivocada. Nós sempre trabalhamos a nossa diversidade, a nossa desigualdade como grande empecilho. Poderíamos trabalhar todas essas assimetrias como um campo interessante de diversidade de um país continental muito rico e complexo em todos os sentidos (BRANDÃO, 2003).

Assume-se que a noção de território, tomada não como panacéia, trás em si a possibilidade de considerar a desigualdade, seja ela econômica, seja cultural. Para tanto, é preciso que a população tenha um projeto. Para se chegar a isso o caminho é árduo, porque ela precisa reconhecer-se como parte de um lugar em particular. Obviamente não se cria essa condição de uma hora para outra, mas podem-se utilizar

¹⁹Ver nota 10.

as percepções e as manifestações concretas da sociedade de um determinado lugar tomando o cuidado para não fazer da idéia de participação uma injustiça, esperando que as próprias pessoas ou grupos possam acima de suas carências mais elementares, ainda pensarem em soluções para a sua situação marginal²⁰.

Se há pretensão de estabelecer, de fato, uma concepção de planejamento e ação pública baseada na ruptura de privilégios, em que o setor público estabelece as diretrizes para o desenvolvimento, criando as condições da inclusão social; é preciso concordar que,

o enfrentamento teórico e político destes modismos deve ser orientado por uma visão de que o subdesenvolvimento não passa com o tempo (sendo persistente), tende a se agravar com o tempo (tendo alta cumulatividade), se não for contraposto por forças de intervenção poderosas (tendo alta irreversibilidade). Mas, sobretudo, todos os localismos devem ser enfrentados, por uma interpretação que reconheça que quando se fala em **desenvolvimento**, no adequado sentido de "alargamento dos horizontes de possibilidades", se está falando necessariamente de suas duas faces: 1) aquela (mais atraente) própria dos processos de se arranjar, montar, dar sentido, direção, coerência às transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins; 2) aquela (menos sedutora) própria dos processos de se desmontar, desarranjar, importunar, constranger, frustrar expectativas e ações deletérias à construção social (BRANDÃO, 2003).

Para superar o modismo do desenvolvimento local e territorial, é preciso aceitar o desafio de trabalhar com o que ainda não é. Ou seja, trabalhar na ausência de direitos sociais, de racionalidades espaciais, enfim, de oportunidades do ponto de vista do interesse da economia globalizada.

²⁰(...) Por inúmeros motivos econômicos e sociais, faz-se necessário um crescente investimento público em educação em saúde, bem como o gerenciamento eficiente desse investimento. Tanto na América Latina quanto em outras regiões, o apoio do Estado é essencial. Como afirma Midgley, "o argumento de que as comunidades locais podem organizar-se de modo espontâneo para melhorar significativamente suas condições sociais e econômicas é pouco provável e não é equitativo. É injusto esperar que setores carentes da comunidade abasteçam-se independentemente de toda forma de ajuda externa e é pouco provável que realmente possam fazê-lo" (MIDGLEY, 1994 citado por KLIKSBURG, 1997).

Ao se ter claro que a categoria território possibilita intervenções que promovam o desenvolvimento, no sentido de equidade e cidadania²¹, é possível superar o modismo "localista".

A idéia de território contribui para uma ação conseqüente voltada para o desenvolvimento, mas é preciso compreender o papel do rural no território, percebendo que "O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante" (WANDERLEY, 2001).

Reconhecer que o mundo rural é o repositório de um modo de ser é reconhecer que "(...) As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo real" (MARTINS, 2000).

O desafio da promoção do desenvolvimento no território deve levar em conta a totalidade da realidade. Essa totalidade significa contemplar o particular, porque esse é o ponto: a realidade local – mais ou menos rural – subsiste, convivendo com os elementos do mundo globalizado.

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. (...) considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY, 2001).

²¹Francisco de Oliveira (2001) é taxativo: "(...) a noção de desenvolvimento local, como qualidade, ou ancora na cidadania, ou então será apenas sinônimo de uma certa acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos".

O rural assim entendido deixa de ser o espaço, por excelência da produção agrícola. Alarga-se, envolvendo as pequenas e médias cidades. O modo de ser rural se faz presente no campo e na cidade e passa a ser denominado ruralidade.

O conceito de ruralidade está em construção e, por ser um conceito em construção, permite um emprego sintonizado com pressupostos do desenvolvimento.

A ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartilham, de fato, algumas características comuns que no entanto não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. Com frequência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão oficial empenhado nessa tarefa (Nações Unidas, OCDE, U.E., Escritórios de Estatística) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo limitado (SARACENO, 1996).

Aceitar uma noção que está sendo construída impõe precauções adicionais quando a aplicamos teoricamente e operacionalmente. A ruralidade, tal qual o território, representa a oportunidade de incluir, ampliar, absorver o que tem se mantido fora, alargando horizontes, não naturalmente, mas dependentemente da decisão política de assim ser.

INDO AO ENCONTRO DOS TERRITÓRIOS: O RURAL PARANAENSE

Nesta seção, propõe-se lançar um olhar sobre o Estado do Paraná observando o ruralidade. Como o território conforma-se no tempo, sua dimensão é histórica. No entanto, a diversidade econômica e social presente na sociedade paranaense levará ao reconhecimento de territórios construídos²², cujo processo

²²O que não quer dizer fossilizado.

histórico imprimiu uma marca, e territórios por construir, onde as identidades culturais encontram-se dispersas.

No primeiro caso, os interesses da sociedade local podem ser percebidos mais claramente nas suas instituições econômicas, políticas e sociais. No segundo caso, o território abriga interesses difusos e momentâneos; dessa forma, a sociedade local pode apresentar maior dificuldade em se identificar com um projeto territorial, no sentido de concertação. Nas duas situações o sucesso do planejamento das ações dependerá da capacidade de se levar em conta as especificidades do território.

O território, quando conformado historicamente, possui maior visibilidade. O que leva o planejamento público ou privado, e mesmo a sociedade como um todo, a reconhecê-lo em suas particularidades. O território histórico, além de legítimo, é legitimado pela ação pública quando o reconhece. Por outro lado, os espaços ainda por se fazerem territórios devem ser também objeto da ação pública. Para tanto, o planejamento deverá incentivar e fortalecer as manifestações que o particularizam, mesmo que de forma incipiente.

A cultura é indissociável de um sentimento de pertencimento (WANDERLEY, 2001). O agir humano cristaliza-se na identidade com o lugar em que vive – criando uma relação com o território. O território permite recortes analíticos, horizontais e verticais. Passando para o plano concreto, há situações em que o território ultrapassa os limites estaduais, como seria o caso da criação (hipotética, porém muito interessante de ser pensada) de um Parque Nacional do Contestado. Nesse caso, o território é o Contestado, fato histórico que estabelece um eixo socioeconômico e cultural horizontal, pois estabeleceria relações entre mais de um ente administrativo (três Estados e vários municípios) unidos em um mesmo projeto. Outro exemplo é o sudoeste do Paraná, que, por sua economia, história e cultura, se faz visível e é reconhecido pela sociedade.

Os consórcios municipais constituem exemplo de um planejamento para além do município²³, visando maior racionalidade de recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de políticas pontuais. Delimitam claramente um espaço segundo uma finalidade. Esse tipo de arranjo é arbitrário e não necessariamente abrange um território em sua totalidade.

Tomando esses exemplos como referência para o reconhecimento e ou construção dos territórios paranaenses, está-se admitindo duas situações distintas: uma baseada em territórios históricos (reconhece-se o território e legitima-se-o para a ação pública), e outra em que, na ausência de uma condição histórica, criam-se territórios a partir de critérios preestabelecidos (construção de territórios para a ação pública).

Reconhecer e definir territórios exige uma aproximação cuidadosa, e, para tanto, deve-se partir de uma idéia abrangente para, aos poucos, estabelecer recortes específicos, afinados com a compreensão teórico-metodológica delineada nas seções anteriores. Sem perder de vista que

O pressuposto é que a política local deve ser concebida como parte de uma estratégia transescalar e, portanto, está desafiada a definir objetivos ambiciosos, pois rejeitam os pressupostos de que não há opções a fazer, e realistas, pois reconhecem que a escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados pela resistência do projeto neoliberal de reconfiguração escalar (VAINER, 2002).

Em um país desigual como o Brasil, interesses conflitantes permeiam toda a sociedade, independentemente da escala espacial ou do setor produtivo. Não surpreende que o conflito apareça, também, no conceito de rural e de urbano. Nas páginas seguintes, faz-se uma incursão ao rural enquanto categoria espacial e cultural detentora de identidade própria no território.

²³Deve-se levar em conta o fato de que, independentemente da natureza da política envolvida no pacto territorial, voltada para a promoção do desenvolvimento de âmbito territorial ou local, o acordo será feito entre municípios. Permanecendo a estrutura atual, a menor unidade de um território será o município em função de sua natureza jurídica administrativa frente ao Estado brasileiro.

Mesmo já tendo sido apresentados os pressupostos dessa discussão, retomam-se alguns pontos analisados por Saraceno (1996), por serem capazes de estabelecer os marcos que norteiam os procedimentos metodológicos:

(...) não existe apenas um único modo de ler as diferenciações espaciais: regiões ou países mais ou menos desenvolvidos, regiões administrativas, mercados de trabalho, montanha e planície, zonas homogêneas, centro e periferia, e poder-se-ia continuar. Estas são alternativas possíveis que não se excluem mutuamente. Em abstrato não se pode dizer que uma é melhor que a outra: é o critério de diferenciação que se modifica a cada vez e sua escolha depende dos objetivos perseguidos ou dos fenômenos analisados.

Quando se discute o planejamento, o papel e a responsabilidade do setor público são compreender os nexos transescalares (VAINER, 2002), identificando as manifestações criativas que o território abriga e que o diferenciam, para estabelecer estratégias que promovam o desenvolvimento. Políticas públicas dirigidas ao rural devem levar em conta que

(...) a atenção ao rural pode dar-se de dois modos muito distintos: de um lado, como política para todas as zonas rurais de um mesmo país, de outro como política para uma área rural específica e integrada no interior das políticas regionais. Trata-se de uma diferença extremamente significativa, porque no primeiro caso não é diferenciada, enquanto no segundo as especificidades locais conseguem emergir. Além do mais, quando as políticas rurais são integradas às regionais não são quase nunca políticas predominantemente de sustentação social, mas políticas de desenvolvimento integrado (SARACENO, 1996).

Faz sentido pensar o rural no território quando se percebe que a sociedade paranaense reconhece determinados espaços como culturalmente diferenciados. Como exemplo, podem-se citar o litoral; o Vale do Ribeira; o caminho dos tropeiros; o sudoeste. Esse reconhecimento tem a ver com o processo de ocupação do território; tem a ver com sua história.

Se, por um lado, o reconhecimento dos aspectos históricos, sociais e políticos, que conformam o patrimônio cultural de um território, dependem de diagnósticos específicos²⁴, por outro lado, podem-se estabelecer procedimentos de reconhecimento territorial anteriores ao do patrimônio cultural. É possível uma

²⁴Isso acontece ou torna-se impreterível na ausência de informações sistemáticas que permitem esse dimensionamento a partir de dados secundários.

aproximação aos territórios a partir das estatísticas oficiais. Os dados permitem organizar o espaço paranaense segundo os critérios definidos.

Para dimensionar o rural paranaense serão utilizados os dados do Censo Demográfico 2000 – IBGE. Os dados foram desagregados por município, e as variáveis utilizadas foram população e ocupação.

Adotou-se como critério para a definição dos espaços rurais municípios cuja população total é de até 20 mil habitantes. Esse corte tem sido utilizado por vários organismos. No Brasil, o demógrafo George Martine (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 59), entre outros, propõe considerar como cidades as aglomerações superiores a 20 mil habitantes. Entende-se que esse limite abrange e capta uma realidade essencialmente rural de um número expressivo de municípios paranaenses. Agrega-se ao critério tamanho da população o de densidade demográfica. Nesse caso, adotou-se o critério proposto por Eli da Veiga (2002) para definir municípios de pequeno porte. Essa medida é conferida pela densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km². Complementarmente, adotou-se também como critério a variável população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária e ocupações industriais de base agrícola.

Nesse estudo, foram excluídas da análise as aglomerações urbanas, por entender-se que estas possuem uma dinâmica particular. O rural das aglomerações urbanas deve ser analisado por uma metodologia que possa captar as suas especificidades.

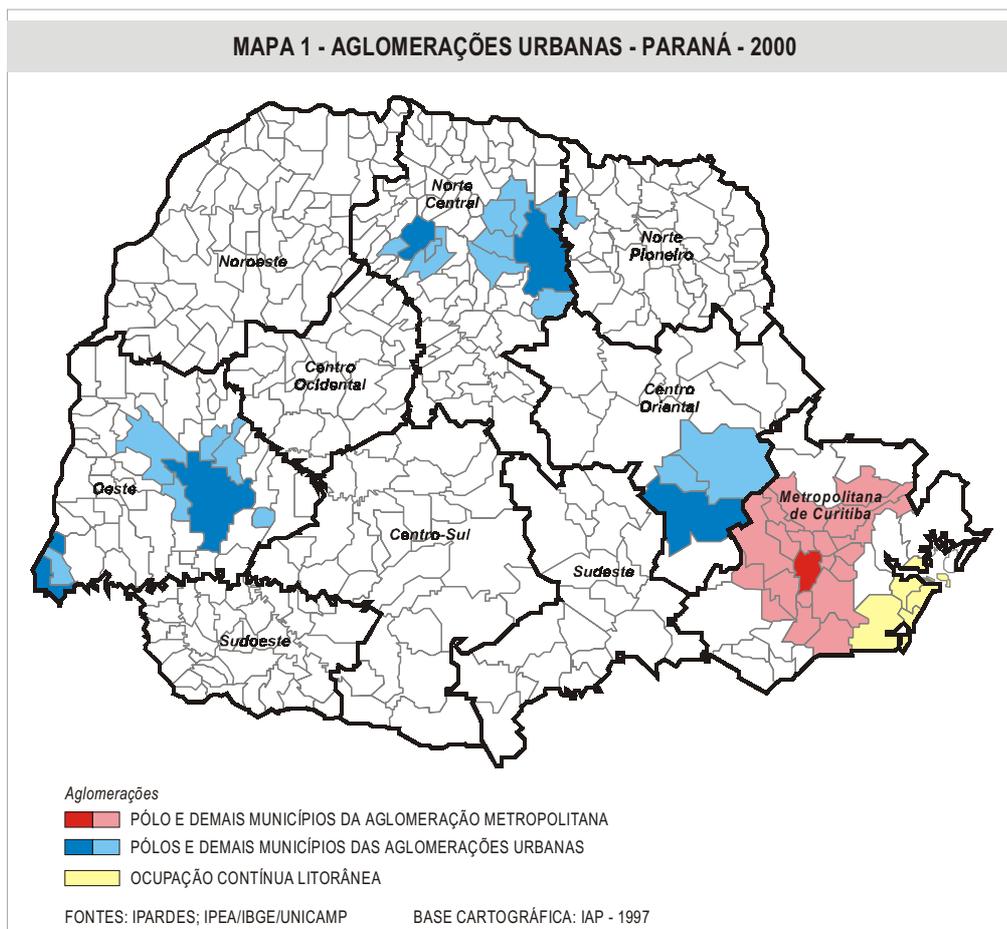
O Paraná tem sete aglomerações (Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Litoral, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), envolvendo 47 municípios e abrigando 50,3% da população (quadro 1 e mapa 1)²⁵.

²⁵Os conceitos de aglomerações, eixos, centros regionais e centros sub-regionais baseiam-se no trabalho do IPARDES, 2000.

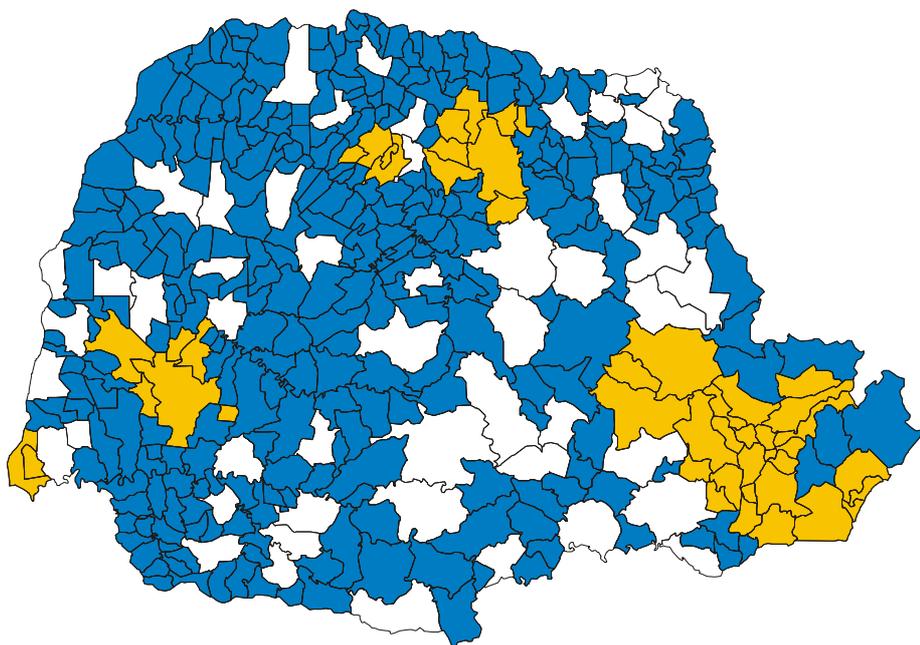
QUADRO 1 – AGLOMERAÇÕES URBANAS NO PARANÁ – 2000

AGLOMERAÇÃO	MUNICÍPIO
Cascavel	Cascavel Corbélia Ibema Santa Tereza do Oeste Toledo Cafelândia
Curitiba	Campina Grande do Sul Quatro Barras Piraquara Pinhais Mandirituba Itaperucu Fazenda Rio Grande Curitiba Contenda Colombo Campo Largo Tijucas do Sul Bocaiuva do Sul Balsa Nova Araucária Almirante Tamandaré Campo Magro Tunas do Paraná São José dos Pinhais Rio Branco do Sul
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu Santa Terezinha de Itaipu
Litoral	Guaratuba Matinhos Paranagua Pontal do Paraná
Londrina	Cambé Tamarana Rolândia Londrina Ibiporã Arapongas Apucarana Jataizinho
Maringá	Maringá Marialva Paiçandu Sarandi
Ponta Grossa	Ponta Grossa Carambeí Castro
TOTAL 7	47

FONTES: IPARDES, 2000

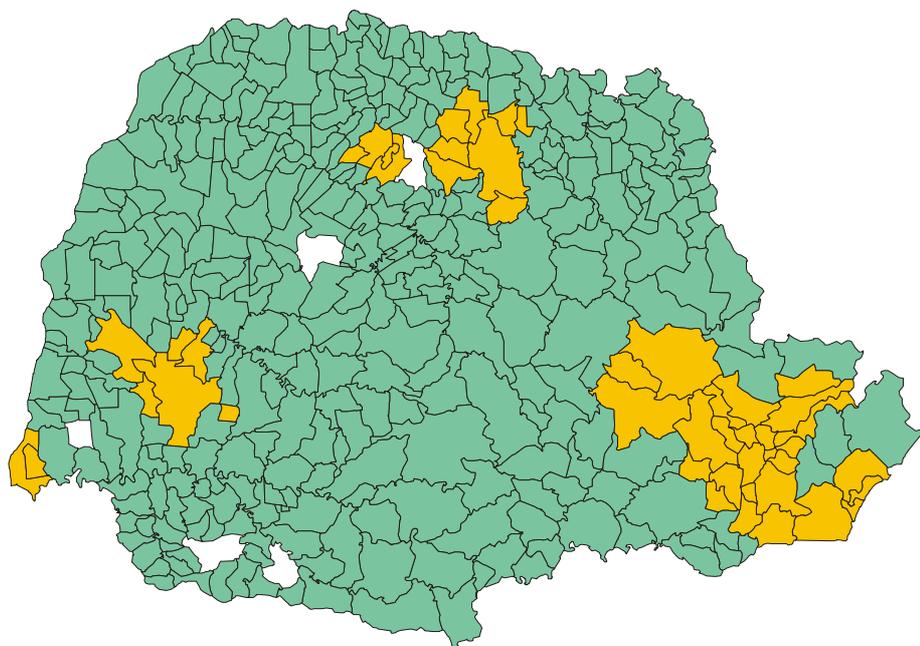


Em termos populacionais, há o predomínio de pequenos municípios e baixa densidade demográfica. Nos dois casos analisados (população total e densidade demográfica), o número de municípios é expressivo. Dos 352 municípios do Estado que estão fora das aglomerações urbanas, 302 possuem população total com até 20 mil habitantes, e 345 apresentam densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km². Em percentuais, isso equivale a 86,8% e 98,0%, respectivamente (mapas 2 e 3).

MAPA 2 - ESPAÇOS RURAIS, COM POPULAÇÃO ATÉ 20.000 HABITANTES

AGLOMERAÇÕES (47)
MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 20.000 HABITANTES (301)

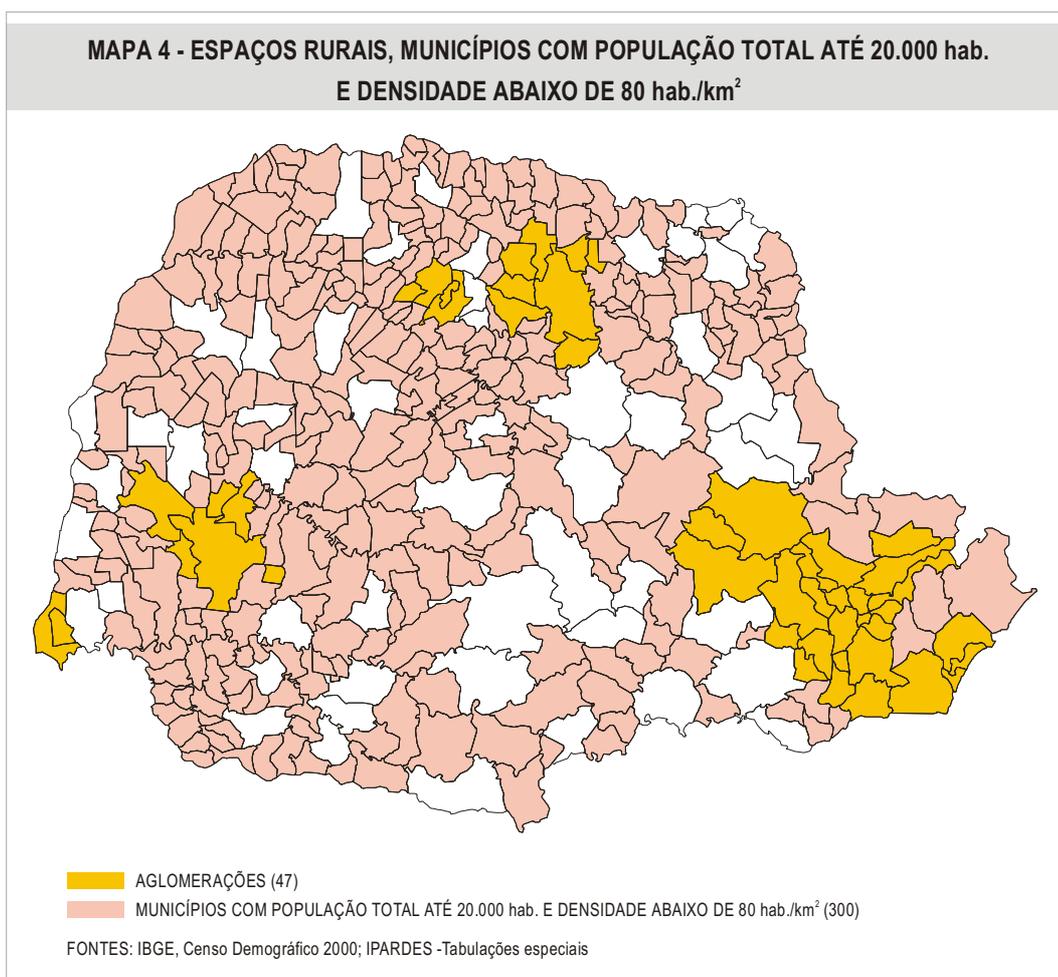
FONTES: IBGE, Censo Demográfico 2000; IPARDES - Tabulações especiais

MAPA 3 - ESPAÇOS RURAIS, MUNICÍPIOS COM DENSIDADE ABAIXO DE 80 hab./km²

AGLOMERAÇÕES (47)
MUNICÍPIOS COM DENSIDADE ABAIXO DE 80 hab./km² (345)

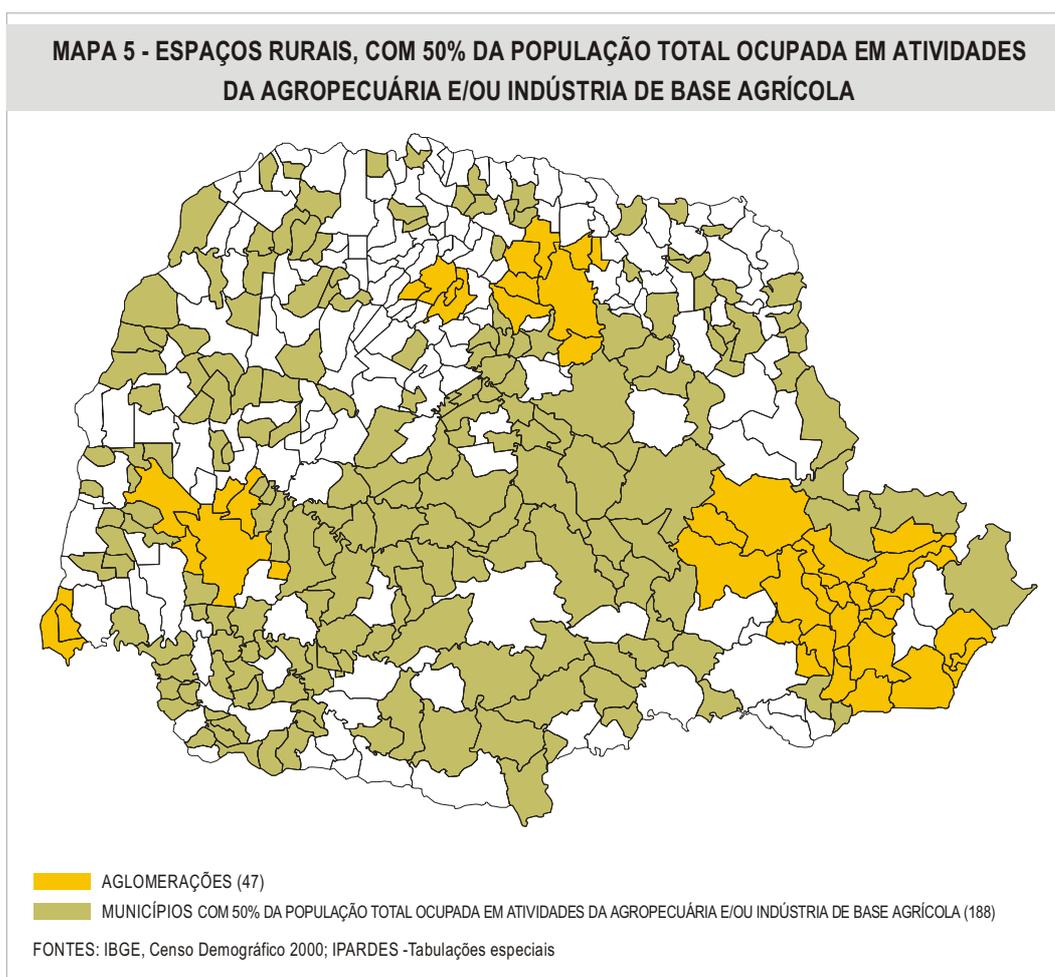
FONTES: IBGE, Censo Demográfico 2000; IPARDES - Tabulações especiais

Se aplicarmos as duas condições para o total dos municípios do Estado – exceto aglomerações urbanas, população total até 20.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab./km², chega-se a um total de 300 municípios (85%) (mapa 4).

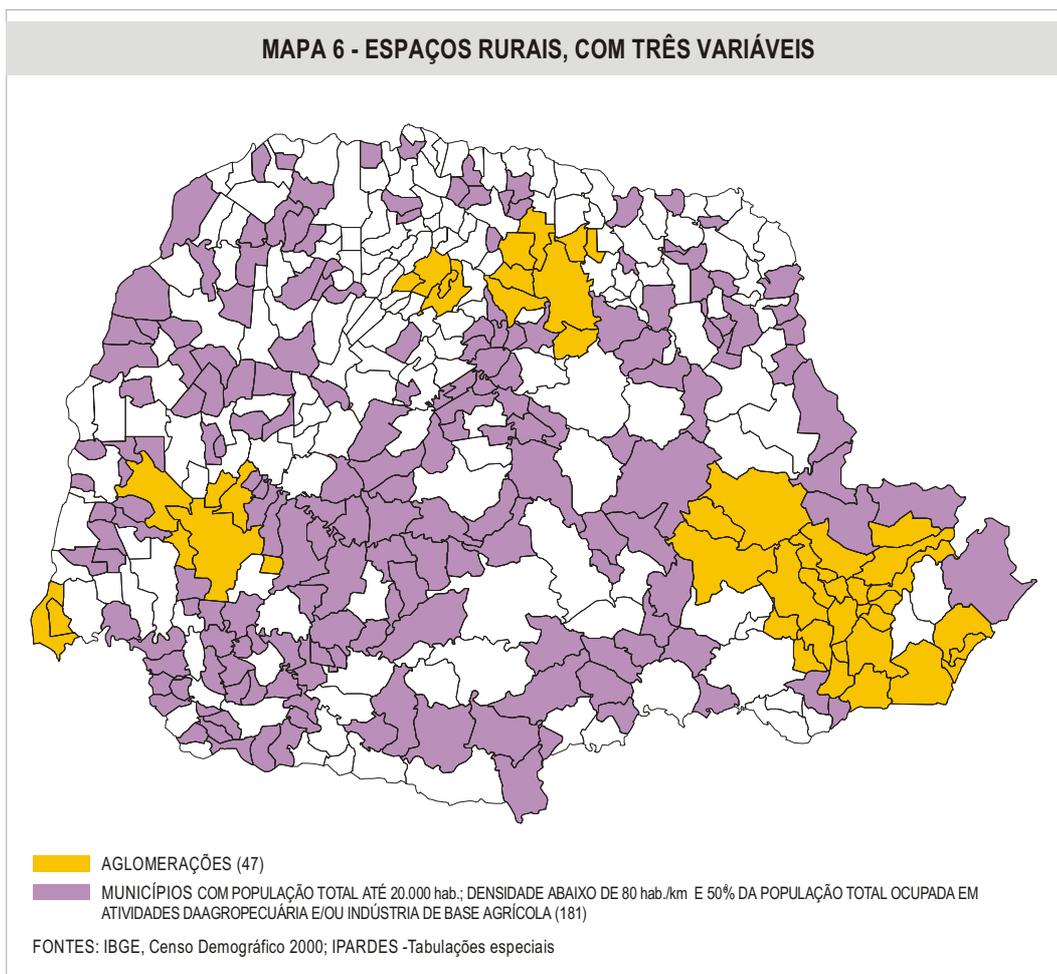


Mesmo não tendo sido privilegiado nessa análise, considerou-se pertinente investigar a variável ocupação pela importância que a economia agrícola possui no Paraná, como também pelo fato – amplamente divulgado – de ter sido o setor que liberou grande quantidade de mão-de-obra nos últimos 30 anos. Adotou-se o corte de mais de 50% da PEA ocupada na agropecuária ou em indústrias de base agrícola. No Estado do Paraná, 188 municípios preenchem essa condição. Ao

constatar que mais de 53% da PEA está vinculada, produtivamente, à agropecuária ou a atividades derivadas, o rural paranaense torna-se ainda mais significativo (mapa 5). Chama-se a atenção para o fato de que a variável ocupação difere dos critérios anteriores no sentido de ser um indicador clássico nas análises que privilegiam os setores econômicos para identificar áreas rurais.



Buscando quase que uma essência espacial rural, adotou-se o procedimento de aplicar as três condições (mapa 6). O resultado apresentado mostra que, mesmo nessa condição, o rural que daí emerge tem representatividade espacial, estando presente em 58,2% dos municípios paranaenses.



Seria imprudente não reconhecer que, no Paraná, o rural não só é presente como possui expressividade. Admitindo que as variáveis utilizadas – população total, densidade e ocupação – são capazes de mostrar uma realidade impregnada pelo rural, tem-se um Estado espacialmente rural.

As variáveis utilizadas neste estudo redimensionam o rural. A partir dessa espacialização, têm-se os elementos que permitem uma aproximação aos territórios, que é o propósito deste artigo. O rural pode ser maior ou menor do que esses dados mostram. O estudo aprofundado da relação urbano-rural poderá precisar esses contornos. Nesse sentido, é importante considerar que o estudo *Redes urbanas regionais: Sul* (IPARDES, 2000) mostra a importância que determinados municípios assumem no contexto paranaense (quadro 2).

Os municípios que exercem influência no seu entorno reforçam a necessidade de se compreender o papel das estruturas municipais no crescimento econômico e no desenvolvimento.

QUADRO 2 – MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

CATEGORIA	MUNICÍPIOS
EIXOS ARTICULADOS	Pato Branco Francisco Beltrão
CENTROS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS	Guarapuava Paranaguá
CENTROS SUB-REGIONAIS	Campo Mourão Paranavaí Umuarama União da Vitória

FONTES: IPARDES, 2000

O instrumento capaz de identificar territórios sabendo dizer se ele plasmado por uma ruralidade ou não são pesquisas de campo cujo levantamento seja capaz de traçar um diagnóstico que sirva de instrumento para o planejamento.

Está-se falando de um planejamento responsável, que assume compromisso com o desenvolvimento, e este deve levar em conta que

Nos espaços da globalização haveria relações verticais e relações horizontais que resultariam na produção desses espaços banais – que são o espaço da comunhão, da comunicação, o espaço de todos –, não apenas em contraposição ao espaço do fluxos econômicos, mas por serem também considerados o lugar de todos, sem excluir quem quer que seja, sem excluir qualquer que seja a instituição ou empresa. Dessa forma, haveria uma volta à noção de totalidade dos atores agindo no espaço²⁶ (SANTOS, 1999b).

²⁶Santos (1999b), dando continuidade a essa análise, faz a defesa do espaço e a crítica aos planejadores, dizendo que "os "territoriólogos", mas sobretudo os planejadores, deixaram para trás [a noção de totalidade], porque a pesquisa e o ensino do planejamento são realizados, na maior parte dos casos, sobre algo que não é o espaço. O planejamento espacial, o planejamento territorial, o planejamento regional não são planejamentos do espaço. Não o são na prática, na pesquisa e no ensino, o que é muito grave, porque não são considerados a totalidade dos atores, e das instituições, a das pessoas e a das empresas. Procura-se explicar aos empresários o que eles fazem dedica-se muito aos fluxos dominantes e abandonam-se os outros. Ou, pelo contrário, estuda-se a pobreza como se ela fosse independente do conjunto de circunstâncias. O que se produz não é uma interpretação da pobreza, pois falta essa idéia de totalidade, que só poderá ser alcançada pela noção de horizontalidade."

No território encontra-se a possibilidade de criar, participando de uma sociedade diversa culturalmente, porém eqüitativa no acesso a bens e equipamentos coletivos e no atendimento aos direitos constitucionais de sua população. Essa é a condição capaz de ampliar, criativamente, o horizonte dos brasileiros.

Nesse sentido, no contexto do planejamento, a aplicação operacional do conceito de território implica saber também do que se trata o território quando visto a partir da perspectiva dos direitos constitucionais e da cidadania²⁷. "A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa" (OLIVEIRA, 2001).

Um ponto importante na discussão do território é, com certeza, as redes produtivas (PULILLO, 2000). São muitos os exemplos em que o território surge a partir da rede. Em princípio, isso não significa que não haja de fato, uma correspondência entre economia e sociedade. Porém, o território construído a partir das redes produtivas deve levar em conta o que Oliveira (2001) destaca com relação às dimensões substantivas do desenvolvimento: "No plano econômico-sócio-político-cultural, a rede não corrige a desigualdade, apenas a desloca. Aceitando-se tal paradigma, o desenvolvimento local não pode ser pensado como contratendência à concentração; pelo contrário, ele pode inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades".

Nessa perspectiva, é da responsabilidade pública agir para que as desigualdades não sejam agravadas. Mediar interesses é mediar conflitos, e quanto a isso não há neutralidade possível. Ao Estado cabe retomar o seu papel de gestor, planejando e regulamentando em defesa dos interesses da sociedade como um todo, e não de segmentos.

²⁷Segundo Oliveira (2001), "cidadania é um estado de "espírito". (...) Ela é irredutível à quantificação. Embora o bem-estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania (...)."

COMENTÁRIOS FINAIS

Esse texto procurou trazer para a discussão a pertinência da dimensão territorial no planejamento e a promoção do desenvolvimento. No caso do Paraná, o espaço rural integra os territórios de forma preponderante. Reconhecer, na prática, a expressividade do espaço rural é trazer essa dimensão para o plano operacional, incorporando-a nas análises, nos programas e nos projetos governamentais e não-governamentais. Entende-se que o binômio território e ruralidade são dimensões fundamentais para se pensar o desenvolvimento no Paraná.

Por sua característica de convergência, a dimensão territorial do espaço possibilita diversas leituras e apropriações. Daí a importância de não deixar escapar a idéia de totalidade. Esse é um caminho possível, e compete aos planejadores tornar o território, mais do que um modismo, uma idéia capaz de construir oportunidades e conquistar o desenvolvimento.

Este texto não tem a pretensão de esgotar um assunto tão complexo e desafiador quanto o do papel do rural no desenvolvimento. Mas se ele for capaz de suscitar indagações, então terá cumprido seu objetivo de ser um ponto de reflexão, porque, ao chegar aqui, se tem a impressão de estar apenas começando.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funcões e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública**: notas para um manifesto anti-localista. s. n. t. Trabalho apresentado ao 10º Encontro Nacional da ANPUR, ST1/Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas, 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.46
- CUNHA, José Marcos Pinto; RODRIGUES, Izilda Aparecida. Redistribuição espacial da população, segundo a situação do domicílio: novas considerações sobre o urbano e o rural no estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Ouro Preto. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.229-259.
- DURHAM, E. R. Cultura, patrimônio e preservação (texto II). In: ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.23-58.
- FGV. Instituto de Documentação. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro, 1986.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. 156p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra - Paraná. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003. 55p.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. 206p. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.
- IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaenses, segundo indicadores socioeconômicos e demográficos**. Curitiba, 2003. 92p.
- JOLLIVET, M. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 5-25, out. 1998.
- KAGEYAMA, A. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. S.l: s.n., 1987.
- KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209p.
- LIBARDI, Diócles; DELGADO, Paulo. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 95, p. 51-59, jan./abr.1999.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n. 15, p. 5-12, out. 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2001. 40p.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder e territórios produtivos**. São Carlos: Rima: Ed. da UFSCar, 2000. 200p.

PEREZ, Antonio; CABALLERO, José María. **La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina**. Roma: FAO, 2003. 28p.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.160-176.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

SANTOS, Milton. **O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos?** Caxambu: ANPOCS, 1993. Trabalho apresentado ao 17º Encontro Nacional da ANPOCS Caxambu, 1993.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999b.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Programa de Seminários Inea sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais: métodos de análise e políticas de intervenção, Roma 30 de outubro de 1996. s. n. t. Tradução do original italiano por Angela Kageyama, do Instituto de Economia da UNICAMP.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. s. l.: s. n., 1997.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP/IEA, v. 15, n. 43, set./dez. 2000.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O. conceito de rural. In: GIARRACA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.67-79.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.3-14.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 15, n. 2-v.16, n. 1, p. 13-32, ago./dez. 2001-jan./jul. 2002.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.

VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **REFORMA agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD: Paralelo 15, 2000.

VEIGA, J. E. da. O que é rural? O que é urbano? **Rumos**, Rio de Janeiro: ABDE, v. 28, n. 212, p. 4-8, nov./dez. 2003. Entrevista concedida a Luiz Cláudio Dias Reis.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Comp.) **¿Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.31-44.